

Discursos contemporâneos sobre cidade à luz de um caso brasileiro: criação, ocupação e desocupação do Lago Paranoá de Brasília

Verônica Carmo, Juliana Iahn,
Talita Rabelo, Sávio Guimarães*

Resumo Revisitando-se os conceitos que abraçam as cidades torna-se nítida a relevância da natureza como fator indicativo de qualidade de vida. As mudanças urbanas ocorridas ao final do século XIX, favorecida pelas novas tecnologias de comunicação e transporte foram cenário para o surgimento da designação de “não-cidade”, além da incorporação da natureza à vida social, ressaltando-se a importância da estrita relação entre o projeto de urbanismo e o cuidado com a preservação dos recursos naturais. Neste sentido, inserem-se as denominadas cidades-jardins e, como vertente delas, Brasília. Planejada seguindo as premissas modernistas, onde as vastas áreas verdes serviam à conexão entre as escalas urbanas. Porém na tentativa de reproduzir a cidade ideal, reforçou-se a desigualdade de acesso aos espaços públicos qualificados.

Palavras-chave: cidade, natureza, Lago Paranoá.

Discursos contemporâneos sobre la ciudad a la luz de un caso brasileño: la creación, ocupación y desocupación del Lago Paranoá de Brasília

Resumen Revisando los conceptos que abarcan las ciudades, se hace patente la relevancia de la naturaleza como factor indicativo de la calidad de vida. Los cambios urbanísticos ocurridos a finales del siglo XIX, favorecidos por las nuevas tecnologías de la comunicación y el transporte, fueron el escenario para el surgimiento de la “no ciudad”, enfatizando la importancia de la relación entre el proyecto de urbanismo y el cuidado con la preservación de la naturaleza. Así, se insertan las llamadas ciudades-jardines y, como parte de ellas, Brasilia. Proyectado siguiendo las premisas modernistas, donde las vastas áreas verdes servían de conexión entre escalas urbanas. Pero en un intento por reproducir la ciudad ideal, se reforzó la desigualdad de acceso a espacios públicos habilitados.

Palabras clave: ciudad, naturaleza, Lago Paranoá

Contemporary speeches about the city in the light of a Brazilian case: creation, occupation and relocation of Lago Paranoá de Brasília

Abstract Reviewing the concepts that encompass cities, the relevance of nature as a factor indicative of the quality of life becomes evident. The urbanistic changes that occurred at the end of the 19th century, favored by new communication and transportation technologies, were the scenario for the emergence of the “non-city”, emphasizing the importance of the relationship between the urbanism project and the care with the preservation of nature. Thus, the so-called garden-cities are inserted and, as part of them, Brasilia. Designed following the modernist premises, where the vast green areas served as a connection between urban scales. But in an attempt to reproduce the ideal city, the inequality of access to public spaces was reinforced.

Keywords: city, nature, Lago Paranoá.

É notório que há muito o processo de urbanização avança alinhado com as preocupações de relevo ecológico e ambiental. E a cidade, sob a perspectiva social, entre outras igualmente importantes, mostra-se ser produto da própria história e reflexo das relações sociais que nela se desenvolvem. A partir da união de tais dimensões surgem problemas estruturais que afetam a qualidade de vida dos que ocupam as áreas urbanas em seus cheios e vazios. Dessa forma, este artigo tem por objetivo compreender as dimensões da cidade e suas inter-relações como espaço construído e natureza, por meio do estudo da Orla do Lago Paranoá, em Brasília.

Ter em vista a compreensão da cidade como um organismo vivo, locus das relações sociais e de produção humanas, altamente dinâmica, complexa e plural, abre o caminho em direção à sua definição, mesmo que certamente incompleta. Tal definição abriga o entendimento de que as cidades se encontram em um eterno movimento, vital a todo grupo de indivíduos, seja em centros urbanos ou em zonas rurais com configurações urbanas. Sob essa ótica, Santos (1997) afirma a necessidade de se considerar a cidade em seu todo, como um local de promoção de produções históricas e sociais. Além dele, o sociólogo Tönnies (1887) descreveu a cidade como “a mais elevada e a mais complicada das formas de vida comuns em geral”. E, em 1891, o antropólogo Ratzel definiu a cidade como algo concreto, uma reunião durável de homens e habitações humanas.

Passando-se ao recorte temporal do século XX, a conceituação de cidade foi também revista por vários outros estudiosos, com ênfase e perspectivas variadas. O sociólogo Maunier (1910) abordou a cidade como uma sociedade complexa, cuja base geográfica é particularmente restrita ao seu volume, e onde o elemento territorial é, em quantidade, diminuído em relação aos seus elementos humanos. Weber (1958) designou a cidade como uma comunidade urbana e um habitat concentrado. Em 1980, Hannerz resumiu a urbe como uma reunião de indivíduos que só existem como seres sociais se por meio do desempenho de suas funções.

O verbete urbano, além de designar a cidade, é usado também como forma adjetiva para caracterizar a oposição ao rural. Segundo Lynch (1960), a percepção das cidades é rica em sentidos e varia de acordo com quem dela faz parte, com o recorte temporal, com as condições naturais. Segundo ele:

Olhar para a cidade pode dar um prazer especial, por mais comum que possa ser o panorama. Como obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala; uma coisa só percebida no decorrer de longos períodos. O design de uma cidade é, portanto, uma arte temporal, mas raramente pode usar as sequências controladas e limitadas das outras artes temporais, como a música, por exemplo (LYNCH, 1960, p. 1).

No entanto, é certo que a vida em grupo gera hiatos à fundamentação de conceitos de coletividade e democracia, sobretudo com o surgimento de problemas estruturais

* Verônica Carmo é Arquiteta e Urbanista, Chefe do Núcleo de Vistoria da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-7472-1922>>. Juliana Iahn é Engenheira Civil, Funcionária da Universidade de Brasília, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-5142-0126>>. Talita Rabelo é Arquiteta e Urbanista, ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-2223-4636>>. Sávio Guimarães é Arquiteto e Urbanista, Pós-doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-6604-2671>>.

que afetam a qualidade de vida dos cidadãos e a dinâmica da cidade. Assim, a melhor estruturação para a malha urbana das cidades demanda conhecimento técnico e empírico, aliados à busca de elementos comuns, comportamentais e atemporais. Observa-se, portanto, que a cidade é produto de sua própria história e da sua contínua evolução no tempo, envolvendo sobremaneira uma ampla visão crítica e sensível quanto aos contornos dados à importância do indivíduo inserido em sociedade. Daí a necessidade da discussão quanto aos caminhos tomados pelo planejamento urbano.

Discursos contemporâneos sobre as dimensões das cidades

A percepção da importância do planejamento foi um marco no estudo do urbanismo para Kohlsdorf (1985), conferindo realidade ao planejamento urbano, sendo este o momento em que os urbanistas perceberam as cidades como produto do seu contexto histórico e não mais um espaço idealizado ou um modelo multiplicativo universal. A partir de então surgiu a necessidade de um planejamento sistêmico, onde a maneira de viver do cidadão era o próprio processo, permitindo revisões não mais de forma linear, tendo em vista a dinâmica crescente das cidades. O indivíduo, visto como peça fundamental no processo, recebe um novo olhar. A cidade passa a ser desenhada para pessoas a partir das suas particularidades, resguardadas por um espaço que as integre à coletividade, sem desconsiderar sua individualidade.

Sob essa perspectiva, Holanda (2002) defende o dever da arquitetura como uma ciência sobre práticas humanas, fruto da relação homem-espaço. O autor, explanando sobre os aspectos sociológicos, pontua que nas cidades a configuração da arquitetura transforma o lugar em desejável ou indesejável para seus usuários, sendo fruto da união entre elementos simbólicos e afetivos, concorrendo para a criação de espaços sociáveis, agradáveis e acolhedores.

Sob outro viés, Santos (1996) destaca que a natureza do espaço geográfico se conforma como um conjunto indissociável, complementar e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ação, onde o espaço geográfico não seria somente um reflexo, mas um meio para a ação da sociedade. No tocante às inovações e avanços técnicos que influenciaram as transformações urbanas, Milton Santos acrescenta:

(...) a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. (SANTOS, 1996, p.62)

Partindo-se desse pressuposto, faz-se imperioso mencionar as interferências e conflitos – sobretudo os de ordem social, fundiária e ambiental - advindos da expansão dos núcleos urbanos. Nesse intento, o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (2001) defende que o espaço social difere do espaço geográfico, e propõe, durante a segunda metade do século XX, a ideia de direito à cidade. Com isso, Lefebvre buscou entender e definir os processos e as características da urbanização, por meio de questionamentos às estruturas opressoras determinantes e determinadas na produção do espaço, criticando os agentes da segregação social, que lançavam para os espaços periféricos todos os que não participavam da dinâmica dos privilégios políticos.

Dessa forma, é sabido que os processos de urbanização foram definitivamente marcados pela ascensão dos meios de produção, técnicas e indústrias durante o transcorrer dos séculos XIX e XX. Com novas demandas econômicas, na efervescência da Revolução Industrial, a utilização do território das cidades se tornou extensivo e ampliado. O caráter social, cultural e econômico da cidade passou por rápidas mudanças, de forma que os limites territoriais, antes tão bem estabelecidos, perderam-se. A cidade pré-industrial, compacta, densa e de centralidade única e centrípeta progressivamente se dilatou, pelo estímulo das atividades produtivas e o perímetro inicial já não comportava mais a afluência de novos carecimentos, dando origem assim, a novos tecidos urbanos.

Segundo Choay (2004) o urbanismo nasceu do quadro de uma reflexão sobre o impacto espacial da revolução industrial. Neste contexto surgem as grandes obras de Haussmann e Cerdá, em Paris e Barcelona respectivamente, com um modelo de urbanização regulador e higienista, concebido sob forma de redes técnicas isomorfas e de sistemas respiratórios de espaços verdes. A era moderna, então, incluiu a natureza à vida social. Henrique (2009) afirma que esse período é marcado pelas relações do homem não mais com uma natureza pura, mas sim como uma natureza socializada e inserida no território. Essa relação passa a ser medida por técnicas e objetos, como jardins, parques e bosques. A lógica da natureza artificializada confere ao meio natural finalidades bem definidas, com valores estéticos e econômicos.

Nesse período de incorporação da natureza, desenvolveu-se o conceito de cidades-jardins, o qual aproximava definitivamente a natureza do desenho urbano. Esse modelo de cidade, concebido por Ebenezer Howard, entre os séculos XIX e XX, buscava a conciliação entre elementos urbanos e rurais, na tentativa de solucionar problemas como a insalubridade, poluição e pobreza. Segundo ele: “(...) cidade e campo devem estar casados, e dessa feliz união nascerá uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização” (HOWARD, 1996). Todavia, as primeiras cidades-jardins fundadas não materializaram as propostas básicas do projeto proposto por Howard. As críticas ao modelo se baseavam na rigidez do plano não adaptado ao sítio; na distância entre a moradia e o local de trabalho; na fraca relação social entre os moradores; e na desvalorização dos espaços públicos (HENRIQUE, 2009).

Para Le Corbusier a forma como a cidade-jardim estava sendo pensada conduziria a um isolamento e ao individualismo, por isso buscava desenvolver um novo planejamento, mas que ainda atrelasse a cidade à natureza. Assim, na entrada do século XX, destacou-se o movimento de arquitetura moderna, que tinha como proposta o planejamento urbano baseado em novas técnicas construtivas. As novas cidades modernas conteriam estruturas pré-fabricadas, de alta densidade, idênticas, distribuídas por vastas áreas verdes e organizadas num plano de forma cartesiana.

Em resumo, as cidades modernistas reduziram a vida urbana a quatro tipos básicos de atividades: o habitat, o trabalho, a circulação e o lazer. Instalou-se então um debate que colocou em dúvida as qualidades trazidas pelo modernismo. O movimento se dividiu em correntes e estilos, em muitos casos, opostos aos que se entendia como modernismo, com apropriação do capitalismo dos postulados, ovacionando-os para o lucro (MARQUES, 2013). Deste modo, as novas estruturas familiares, e a supervalorização do indivíduo implode as ideias modernistas. A natureza na cidade torna-se uma mercadoria, deixando de ser uma necessidade coletiva.

No entanto, as mais significativas mudanças no desenho urbano ocorreram após a Segunda Guerra Mundial, com a expansão das redes de transporte e de comunicação, favorecendo a expansão urbana. Cidades se distanciaram do centro histórico, desfazendo o sentimento de pertencimento, de comunidade, transpondo à sociedade global. Neste contexto surge a designação de “não-cidade” que reconhece por urbano a nova cultura planetária e seu modelo único de fazer o espaço. A era da globalização também é a era da homogeneização dos procedimentos econômicos e tecnológicos na ação hegemônica dos países desenvolvidos sobre os demais.

Tem-se como exemplo o estilo de urbanismo adotado nos Estados Unidos, com empreendimentos de baixa densidade, resultando em uma massiva impermeabilização dos solos, uso potencializado dos recursos hídricos, poluição ambiental devido à alta demanda de meios de transporte movidos a combustíveis fósseis, bem como excessivos gastos com infraestrutura e equipamentos públicos. De acordo com Farr (2013), o sonho americano de uma casa grande em um terreno grande foi um dos grandes responsáveis pela degradação ambiental nas cidades.

Nesse contexto, com suas raízes no movimento ambiental dos anos 70, emerge o denominado Urbanismo Sustentável, propondo-se a usar os conhecimentos dos sistemas humanos e naturais na integração entre o urbanismo que prioriza o pedestre e o transporte público e edificações e estruturas de alto desempenho (FARR, 2013). Assim, a dimensão ambiental vai além da criação de espaços verdes, valorizando uma visão sistêmica do convívio entre a natureza e o homem, incluindo os desejos, ações, objetos e crenças à sua vida social. Segundo Milton Santos:

No princípio, tudo eram coisas, enquanto tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de interações sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor. (SANTOS, 1997, p.53)

No atual contexto urbano, de intensa transformação do espaço natural, a relação entre as dinâmicas da vida contemporânea e o meio ambiente têm tomado cada vez mais rumos opostos, especialmente no centro das grandes cidades. Isso se justifica, entre outros, em função do adensamento populacional e de ocupações de áreas cada vez maiores, mudanças significativas nos comportamentos humanos e modernizações tecnológicas. Segundo Okamoto (2002), os edifícios são concebidos atualmente para atender unicamente a necessidades funcionais, as cidades são construídas como aglomerados de construções sólidas, frias, desrespeitando o meio ambiente no qual se inserem. Nesse sentido, as preocupações com o crescimento urbano devem acompanhar uma reflexão sobre como as cidades têm se comportado perante tais mudanças.

A ecoarquitetura surge, então, a partir da tentativa de amenizar o impacto provocado pelo homem, anunciando um convívio mais harmônico entre ele e o meio natural, em que a conexão entre arquitetura e natureza expressa-se tanto na plástica das construções, quanto na geração do mínimo impacto ambiental a partir do uso dos seus recursos. Assim, diz respeito à melhoria do ambiente urbano, encerrando uma preocupação com a sustentabilidade tanto do assentamento humano enquanto realidade territorial quanto das práticas sociais ali desenvolvidas. Dessa forma, a

arquitetura e o urbanismo, enquanto produtos de transformação do meio natural, passam a considerar os preceitos da sustentabilidade na exploração dos espaços – aplicando conceitos como biofilia, ecocidade e cidade-parque.

No tocante à definição de biofilia, o termo refere-se à afeição destinada ao que é vivo, à natureza, intimamente relacionado à necessidade humana de se conectar com o meio natural, estendendo essa conexão, inclusive, aos espaços humanos construídos. Sob essa ótica, as intervenções com viés biofílico possuem íntima relação com a sustentabilidade ambiental, defendendo propostas como a utilização de materiais vernáculos e naturais em espaços construídos, priorizando os menos poluentes, o melhor aproveitamento dos recursos, como a iluminação solar e a ventilação cruzada, exploração do paisagismo a partir do uso, principalmente, de vegetação nativa e o planejamento consciente nas etapas de construção, inibindo os impactos ao meio ambiente, promovendo bem-estar e saúde àqueles que usufruem de tais espaços.

Essas concepções também integram os projetos urbanos sustentáveis, uma vez que seu objetivo central se vincula ao comprometimento que deve haver entre os estoques de recursos naturais, já considerando suas futuras modificações, e o atendimento às necessidades atuais e das futuras gerações. De acordo com Roseland (1997), é o tipo de cidade capaz de propiciar um padrão de vida aceitável, sem causar profundos prejuízos ao ecossistema, além de ser a forma mais durável de assentamento que o ser humano é capaz de construir. Importante pontuar que as diretrizes defendidas quando da implementação das cidades sustentáveis, em respeito à mutabilidade do meio natural, como o uso de fontes renováveis de energia, a otimização dos transportes públicos e o incentivo à reciclagem e ao reaproveitamento de resíduos sólidos, são cada vez mais relevantes, tendo em vista a crescente expansão das cidades e o acesso inversamente proporcional aos recursos naturais.

Nesse sentido, à luz do que defende Santos (1997), há de se considerar que as transformações humanas no espaço geográfico são caracterizadas pela presença de formas e objetos artificiais e culturais, sendo a natureza continuamente modificada segundo os interesses da humanidade. Contudo, apesar das atividades humanas invariavelmente acarretarem modificações estruturais no espaço natural, é preciso reconhecer que a interação homem-natureza é mútua, podendo ser caracterizada como uma natureza humanizada. Em outra obra, Santos afirma:

O homem também vai impondo à natureza suas próprias formas, a que podemos chamar de formas ou objetos culturais, artificiais, históricos. Estas formas históricas não são as mesmas através dos tempos; aqueles acréscimos dos tempos primitivos são diferentes dos atuais. Hoje, as formas impostas à natureza são muito mais complexas, resultado também de uma série de heranças. A natureza conhece um processo de humanização cada vez maior, ganhando a cada passo elementos que são resultado da cultura. Torna-se cada dia mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada [...]. No processo de desenvolvimento humano, não há uma separação do homem e da natureza. A natureza se socializa e o homem se naturaliza (SANTOS, 1988, p. 89).

Em acréscimo, o desenvolvimento sustentável, segundo a Comissão de Meio Ambiente das Nações Unidas, é aquele que satisfaz às necessidades da geração atual,

sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas. Essas necessidades de satisfação são diferentes em cada cultura, uma vez que os recursos são diversos em diferentes localidades. Para Santos (2000), as cidades devem ser construídas a partir do clima, do sítio, da vegetação, de uma economia sustentável e da cultura local e regional, globalizando-se a partir da conservação das características genuínas de cada povo e da “consciência universal”.

Nesse sentido figura o conceito já bastante conhecido de cidade-parque, advindo, principalmente, do planejamento da nova capital quando da elaboração do Plano de Lúcio Costa para Brasília, submetido ao “Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil”, em 1956. Segundo Jucá (2009), no Relatório do Plano Piloto de Brasília, de 1957, era possível encontrar a proposta de Lúcio Costa sobre como seria o planejamento da capital do país: uma cidade-parque bucólica, em que a vegetação se tornava essencial para a constituição de seus espaços abertos, estruturando e caracterizando a nova cidade como elemento arquitetônico, estético e ambiental. Assim, o planejamento de Brasília, seguindo as premissas modernistas de estruturação do ambiente e persistência da paisagem, foi notável desde o processo de escolha do seu sítio, baseado tanto em fatores econômicos e científicos como em condicionantes sensoriais e estéticas (ROMERO, 2011).

Brasília e a (des) ocupação da orla do Lago Paranoá

Brasília foi assumidamente concebida sob os princípios urbanísticos prescritos pelos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna - CIAM, especificamente aqueles formalizados durante o Congresso de 1933 e documentados na Carta de Atenas (1940), reunindo os princípios do urbanismo funcionalista, destacando-se a planificação e separação das atividades urbanas em setores como circulação, habitação, trabalho e lazer.

Concebida no auge dos processos de industrialização do país, Brasília respondeu muito bem à imagem de cidade-ideal modernista. O projeto previa vastas áreas verdes, resultando nas quatro escalas urbanas: a residencial, representada pelas superquadras; a gregária, que se localiza no cruzamento dos eixos, e confunde-se com o centro da cidade; a escala monumental, representada pelo próprio Eixo Monumental, onde se concentra as principais atividades administrativas federais e locais, conferindo à cidade o carácter de capital; e a escala bucólica, a qual compreende todo o emoldurado verde ao redor da mancha urbana, incluindo o Lago Paranoá e sua orla. Segundo Romero (2011), na linha do espigão, Lúcio Costa estabeleceu o Eixo Monumental e, acompanhando as curvas de nível que descem até o Lago, acomodou o Eixo Rodoviário.

A paisagem natural era elemento norteador da configuração espacial da cidade. O sítio para a nova capital, formado pela triangulação de três lagoas, foi proposto para amenizar o clima seco do cerrado. Entre os cientistas que participaram das expedições para escolha do novo sítio para a capital no século XIX, Glaziou vislumbrou uma imensa planície sujeita a ser coberta pela junção de diferentes cursos d’água, que além da utilidade da navegação, embelezaria a nova capital e despertaria a admiração de outras nações. Desta maneira, Lúcio Costa acomodou seu projeto à forma do sítio, estabelecendo um vínculo com o espaço ao escolher para a nova localização da capital

o triângulo contido entre os braços do lago. A elevação de Brasília foi marcada por sua adaptação às condições naturais e acatamento à topografia, além dos ideais de orla intacta, bucólica, voltada apenas ao lazer. Segundo Santos (2008), o Lago era um local de reeducação do homem frente às vicissitudes da agitada vida metropolitana, tal qual propunha a Carta de Atenas.

Assim, em meio aos grandes projetos de Lúcio Costa, como a Praça dos Três Poderes e o Projeto do Plano Piloto, o Lago Paranoá foi pensado para servir ao livre acesso à população que buscava por uma fonte de lazer. A natureza, neste sentido, seria indicador de qualidade de vida, em que as áreas verdes, densamente arborizadas, teriam, além da função paisagística, um caráter social, destinando-se ao encontro e ao lazer. Para que esse ideal se concretizasse, e a população pudesse usufruir de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, limpo e seguro, era indispensável que as margens do Lago estivessem livres de ocupações irregulares. De acordo com Lúcio Costa (1991), apenas construções específicas, como o Palácio da Alvorada, o hotel e a cidade universitária seriam ali permitidas. Assim, no Relatório do Plano Piloto de Brasília ele cita:

Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d'água (COSTA, 1991, p.32).

Contudo, a ocupação dos arredores do Lago Paranoá não ocorreu exatamente como previsto, devido, entre outros, às dinâmicas de expansão do espaço urbano, à especulação imobiliária e à desvalorização do patrimônio histórico. Assim, as áreas com relativa qualidade ambiental acabaram por destinar-se ao usufruto das mais altas classes, como nitidamente aconteceu, e ainda hoje acontece, às proximidades do Lago Paranoá, elemento singular da paisagem de Brasília. Sobre isso Cidade pontua:

Projetada para exercer papel de importância na organização do espaço e no ambiente da capital, a represa cumpre até hoje com esse desígnio. No entanto, as intenções supostamente igualitárias do planejamento original foram rapidamente superadas por ações de gestão do território promotoras de segregação (CIDADE, 2010, p. 3).

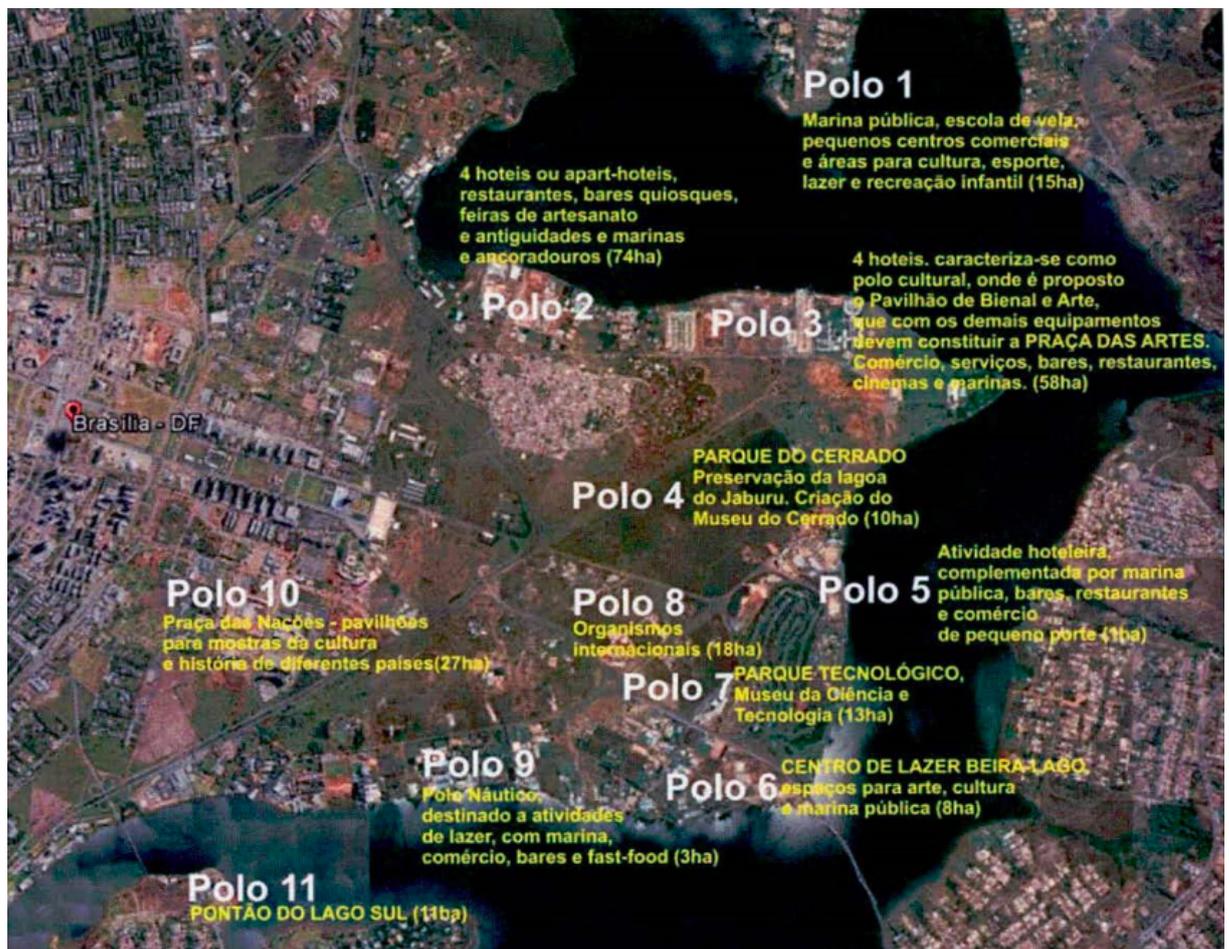
Dessa forma, indo na contramão do que pretendia Lúcio Costa para o Lago Paranoá, pouco a pouco os perímetros do Lago Paranoá foram sendo ocupados, sobretudo, por residências unifamiliares, hotéis e clubes esportivos, contrariando e descumprindo a legislação ambiental e contribuindo tanto para sua degradação ambiental local, quanto para a inviabilização dos direitos da população ao acesso público e social que a orla do Lago Paranoá proporcionava. Em acréscimo, os poucos pontos livres ao usufruto da população sofriam com a ausência de infraestrutura e manutenção adequadas, além do acesso dificultado, contribuindo para fortalecer o caráter segregacionista já marcado pela localização do Lago em bairro nobre.

Visando conter o avanço edilício, promover a articulação ideal entre a malha urbana e o Lago Paranoá e revitalizar os espaços públicos e demais áreas da Orla, em 1992 iniciaram-se os estudos para a elaboração do Projeto Orla: Revitalização do Lago

Paranoá, com estudos operacionais elaborados em 1995. A proposta consistia na interligação de onze polos (Figura 1) distribuídos ao longo das margens do Lago Paranoá, a partir do desenvolvimento de atividades na promoção do turismo, lazer, cultura e comércio. Na ideia inicial, em cada polo seria permitido o máximo possível de atividades complementares, em estímulo à dinâmica e variedade na utilização dos espaços, tanto diurna como noturna. Quatro sistemas de circulação ligariam os polos: uma alameda para pedestres, uma ciclovia, um veículo de baixa velocidade circulando paralelamente ao calçadão e, para os polos à beira do Lago, marinas públicas e pequenos atracadouros.

Analisando-se alguns aspectos dos principais polos propostos, Fonseca (2001) pontua que o Polo 3 – Denominado Complexo Brasília Palace – foi considerado o mais importante polo do Projeto Orla, incorporando o Setor de Hotéis e Turismo, ofertando área para quatro grandes hotéis, dentre eles Hotel Brasília Palace, tombado como patrimônio histórico. O Polo 3 seria reservado ao funcionamento da Concha Acústica e o Museu de Arte de Brasília, que, associados ao projeto Pavilhão de Bienal e Arte, constituiriam a Praça das Artes. No Polo 6 – Centro de Lazer Beira Lago – situado junto à terceira

Figura 1: Polos do Projeto Orla de 1992-1995. Fonte: GDF, 2017.



ponte do Lago Sul, foi prevista a instalação de um centro comercial e de diversões, com bares, restaurantes e espaços culturais, além de uma marina pública. Por fim, o Polo 7 – Parque Tecnológico – abrigaria o Museu da Ciência e Tecnologia, providos de instrumentos voltados à ciência e tecnologia, com fins à interação dos visitantes.

Considerando a proposta inicial, pouco foi efetivamente implementado, uma vez que alguns polos restaram abandonados após o início das obras, outros chegaram a ser aprovados por meio de parcelamento em lei distrital, mas não foram levados adiante por falta de verba pública (SILVA, 2015). Parente (2006) aponta que, ao contrário do discurso de democratização de acesso à orla do Lago, impulso inicial para o desenvolvimento do Projeto Orla, este se destina, verdadeiramente, à execução de um projeto em benefício do lazer e turismo de alta renda, além de incompatível com a escala bucólica pretendida por Lúcio Costa, devido a ausência de efetiva articulação entre polos ao longo da orla do Lago Paranoá.

Sob essa perspectiva, a partir da ação judicial proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), e que transitou em julgado em fins de 2011, homologando a autorização para a retiradas de quaisquer construções irregulares dentro faixa de 30 metros na Orla do Lago Paranoá, o Distrito Federal, por meio de sua Agência de Fiscalização (AGEFIS), passou a desocupar as áreas públicas ao longo dos mais de 100 km lineares da Orla do Lago (BRASIL, 2014). Nesse contexto surgiu, então, o Projeto Orla Livre, com o objetivo precípua de promover a recuperação das áreas obstruídas na Orla do Lago Paranoá e restituir as áreas públicas, apropriadas ilegalmente por particulares, à população (GDF, 2017).

Assim, em 2016, a Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal (Segeth), decidiu contratar, por meio de Concurso Público Internacional, o Masterplan (projeto de todo o perímetro) para a Orla do Lago Paranoá, como parte integrante do Projeto Orla Livre. Sobre isso, Vianna (2020), à época uma das Diretoras de Urbanização e Mobilidade da SEGETH, mencionou em entrevista que a organização do concurso foi a fase de maior dificuldade, uma vez que a modalidade licitatória de concurso apresenta grande complexidade, necessitando atender a inúmeras exigências; outros pontos complexos também foram surgindo ao longo das tratativas com o MPDFT, PGDF e a sociedade, por meio das audiências públicas, para definição dos critérios a serem observados na elaboração do termo de referência e orientações para a apresentação das propostas do Masterplan. As contestações ao concurso foram recebidas especialmente dos supostos afetados pelos planos e projetos, como os moradores dos Lagos Norte e Sul.

Na elaboração das propostas, os participantes precisaram apresentar um conceito geral e diretrizes Urbanístico-Paisagísticas para o uso de todo o perímetro do Lago Paranoá, além de propostas à mobilidade urbana requeridas para a área, obedecendo a critérios plásticos, estéticos, funcionais e econômicos. Assim, no aniversário de 58 anos de Brasília, Eron Danilo Costin foi anunciado vencedor do Concurso (Figuras 2 e 3), com um projeto urbanístico que propunha o redesenho da escala bucólica pensada por Lúcio Costa para o Lago, a partir da reunião de uma rede integrada entre transportes e áreas verdes, com a promoção de criação de corredores ecológicos, além do aumento de pontos de acesso à Orla do Lago Paranoá, possibilitando seu pleno usufruto pelos moradores do DF.

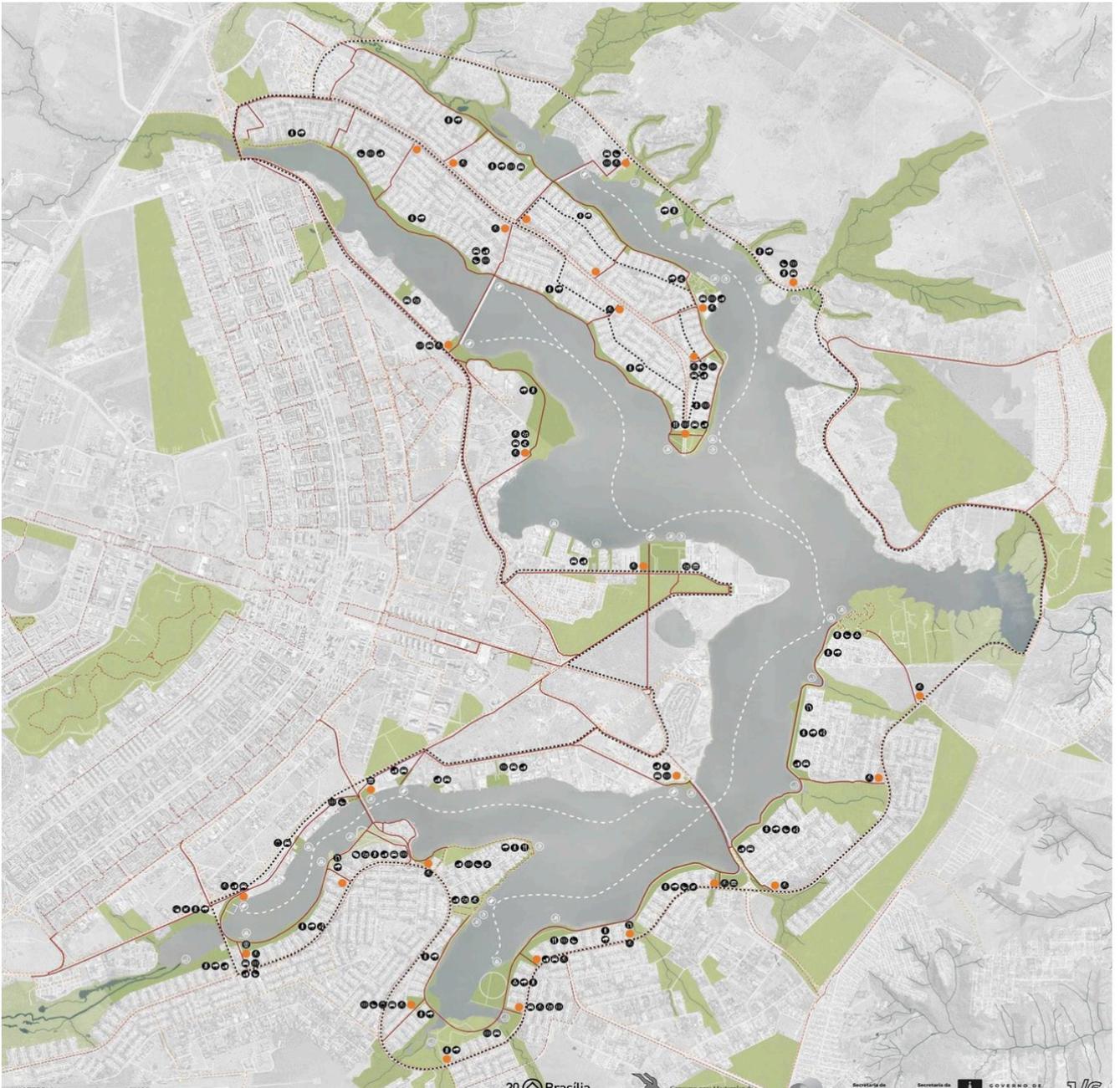


Figura 2: Masterplan, Projeto Orla Livre (Planta Geral). Fonte: Souza, 2018.



Figura 3: Masterplan, Projeto Orla Livre (Imagens renderizadas. Fonte: Souza, 2018.

No entanto,

apenas algumas das propostas apresentadas no projeto para a península (PSG MDE 020-16, Península dos Ministros), como os deques e passeios, [foram realmente implementados]. O Masterplan foi aprovado por decreto, no entanto, os projetos dele resultantes ainda não foram aprovados. (VIANNA, 2020, s/p.)

Considerando as questões urbanísticas e sociais que tocam a ocupação de terras públicas, além de todo o aparato jurídico incidente, mostra-se nítida a necessidade de interesse político em se proceder ao justo acesso da população às limitadas áreas de lazer disponíveis à população. Além disso, relativiza-se grandemente o direito coletivo de participação efetiva do povo na vida urbana, tutelado pelo ordenamento pátrio brasileiro, em que pese sua contribuição na transformação e melhoria dos espaços públicos, além do pleno e completo uso por todos.

Assim, a despeito do projeto realizado, de grande extensão e complexidade, motivado pela exigência judicial de se proceder à desocupação das áreas públicas nas margens do Lago Paranoá, a sua execução não foi assumida como prioridade após o fim do mandato de Rodrigo Rollemberg. Sobre esse ponto cabe mencionar que o atual governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, já afirmou que não pretende dar continuidade às obras e a região será, provavelmente, mantida como área de preservação ambiental, encerrando, assim, o plano inicial do Projeto Orla Livre, que previa novos usos e ocupações ao Lago Paranoá.

Considerações finais

Entre conceitos e discursos sobre a cidade, com o tempo difundidos sob várias vertentes de pensamento e interesses, sua reflexão contemporânea esbarra, invariavelmente, na esfera do urbanismo como técnica, revigorada com o impacto espacial da revolução industrial, se propôs a organizar as funções urbanas, de maneira a garantir o direito à cidade. Como visto, surgiram diversos planos de organização para garantir a permanência da urbanidade metropolitana, os quais aproximavam a natureza ao desenho urbano. Assim, a cidade pós-industrial suscitou, além de questões de ordem social, as questões ambientais.

Quanto à sua dimensão social, entre outras igualmente importantes, entende-se que a cidade é produto da própria história e reflexo das relações sociais que nela se desenvolvem. Por consequência surgem problemas estruturais que afetam a qualidade de vida dos que vivem ali, como a segregação social e as desigualdades, visto que o processo de urbanização tende a refletir os valores e interesses de grupos sociais específicos.

Diante do exposto, entre conceitos e discursos sobre a cidade, com o tempo difundidos sob várias vertentes de pensamento e interesses, sua reflexão contemporânea esbarra, invariavelmente, na esfera do urbanismo como técnica, revigorada com o impacto espacial da revolução industrial, se propôs a organizar as funções urbanas, de maneira a garantir o direito à cidade. Como visto, surgiram diversos planos de organização para garantir a permanência da urbanidade metropolitana, os quais aproximavam a natureza ao desenho urbano. Assim, a cidade pós-industrial suscitou, além de questões de ordem social, as questões ambientais.

Sob os princípios urbanísticos modernistas de cidade, Lucio Costa projetou Brasília, cidade objeto deste estudo, organizando as funções urbanas - circulação, habitação, trabalho e lazer. Dentre essas, traduziu a função de lazer pela escala bucólica, a qual se materializou por meio dos espaços verdes, dos parques e pelo Lago Paranoá e sua orla.

Mediante levantamento bibliográfico da proposta urbanística de uso do Lago Paranoá, verificou-se sua notável vocação social como fonte de lazer, visto que esse foi pensado para servir ao livre acesso à população para realização de atividades de lazer, esporte e turismo. Todavia, a ocupação dos arredores do Lago não ocorreu como previsto, devido às dinâmicas de expansão do espaço urbano, à especulação imobiliária e à desvalorização do patrimônio histórico.

Este artigo buscou subsídio para a compreensão do processo de ocupação e consolidação dessa região, e percebeu-se que o potencial social para integração do lago se encontra ameaçado pelas pressões privadas, as quais fortalecem o modelo de reprodução do espaço segregacionista. Ainda, analisou-se os estudos e projetos que buscavam conter o avanço edilício e revitalizar os espaços públicos da Orla, para que essas áreas estejam de fato disponíveis para a população.

Quanto ao Projeto Orla (1992-1995), apesar do discurso de democratização de acesso do Lago, o projeto ainda beneficiava as classes altas e era incompatível com a escala bucólica proposta por Lucio Costa, porém o projeto não foi efetivamente implantado. Acerca da decisão judicial que determinou a desocupação da área abarcada

pela Área de Proteção Permanente do Lago Paranoá, e o lançamento do concurso das propostas do Materplan (2018), concluiu-se que a questão urbanística e social possui tanta relevância quanto a questão ambiental. Neste sentido, entende-se que os espaços públicos, além de disponíveis, devem ser dotados de infraestrutura que atraia a população, inclusive uma rede viária articulada com diversos pontos da cidade, possibilitando a mobilidade urbana.

Por fim, constatou-se que o processo de abertura da orla à população exige a participação direta da sociedade civil para projetar o espaço e adequá-lo à satisfação do direito à cidade, e ainda o interesse do Estado. Este, ao abster-se de cumprir seu papel na questão urbana, reforça ainda mais a ocupação privada do espaço e privilegia o interesse de determinados grupos, e assim, contribui para reproduzir a dominação social.

Referências bibliográficas

- CIDADE, L. C. Ideologia, produção do espaço e apropriação da socionatureza no Lago Paranoá. In: PANIAN et al (org). *Brasília 50 anos: de capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 195-224.
- CHOAY, Françoise. El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad. In: *Lo Urbano*. Barcelona: UPC, 2004. P. 61-72
- COSTA, L. *Brasília, cidade que inventei. Relatório do Plano Piloto de Brasília, item 20*. Brasília, GDF, 1991.
- FARR, D. *Urbanismo Sustentável: desenho urbano com a natureza*. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- FONSECA, F. O. (Org.). *Olhares sobre o Lago Paranoá*. Brasília: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2001.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH. *Termo de Referência, Concurso Internacional nº 01/2016*. 2017. Disponível em: <http://concurso.orlalive.df.gov.br/docs/termo_referencia_masterplan_concurso_orla_livre.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.
- HANNERZ, Ulf. *Exploring the city: inquiries toward an urban anthropology*. Columbia University Press, 1980.
- HENRIQUE, W. *O direito à natureza na cidade*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- HOLANDA, F. *Uma ponte para a urbanidade*. 2002 (mimeo).
- HOWARD, E. *Cidades-Jardins de amanhã*. Tradução: Marco Aurélio Lagonego, Introdução: Dácio Araújo Benedito Otoni. São Paulo, Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana, Hucitec, 1996.
- JUCÁ, J. M. *Princípios da Cidade-Parque: categoria urbana concebida no Plano Piloto de Brasília, 2009*. In: Vitruvius. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.113/1824>>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- KOHLSDORF, M. E. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: FARRET, Ricardo L. *O espaço da cidade*. São Paulo, 1985.
- LYNCH, K. *The image of the city*. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.
- LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARQUES, Moacyr Moojen. O papel do desenho urbano no planejamento e gestão da cidade. In: GONZALES, S. F. N.; FRANCISCONI, J. G.; PAVINI A. *Planejamento e Urbanismo na atualidade brasileira: objeto, teoria e prática*. 1 ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013.

- MAUNIER, R. The definition of the city. *American journal of sociology*, v. 15, n. 4, p. 536-548, 1910.
- OKAMOTO, J. *Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação*. São Paulo: Makenzie, 2002.
- PARENTE, A. A. *Lago Paranoá: Lazer e sustentabilidade urbana*. 2006.
- RATZEL, F. *Antropogeographie. Die Geographie Verbreitung dês Menschen (Zweiter Teil)*. Stuttgart: J. Engelhorn. 1891
- ROMERO, M. A. B. *Arquitetura do lugar: uma visão bioclimática da sustentabilidade em Brasília*. 1 ed. São Paulo: Nova Técnica, 2011.
- ROSELAND, M. *Dimensions of the eco-city*, 1997. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/222495799_Dimensions_of_the_eco-city>. Acesso em: 01 de dezembro de 2020.
- SANTOS, M. A. *Brasília, o lago Paranoá e o tombamento: natureza e especulação na cidade modernista*. Tesde de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *A Natureza do Espaço*. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec 5, 1997
- SILVA, P. V. C. *A desocupação da orla do Lago Paranoá sob o enfoque da democratização do espaço urbano no Distrito Federal*. Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília – UnB, 2015.
- TONNIES, F.; HARRIS, J. Tonnies: *Community and civil society*. Cambridge University Press, 2001.
- VIANNA, Rejane Jung. *Entrevista concedida a Juliana Linder de Oliveira*, em 15 de dezembro de 2020. Brasília, 2020.
- Weber, M. *The city. Martindale*. Don & Neuwirth, Gertrud. Glencoe, 1. v., The Free Press, 1958.

Recebido [Jun. 29, 2021]

Aprovado [Fev. 03, 2022]